Título

Nome do Autor 1[[1]](#footnote-1)

Nome do Autor 2[[2]](#footnote-2)

Nome do Autor 3[[3]](#footnote-3)

Resumo. Máximo 150 palavras.

Palavras-chave: palavra-chave 1; palavra-chave 2; palavra-chave 3; palavra-chave 4; palavra-chave 5.

TITLE IN ENGLISH

Abstract. Up to 150 words.

Keywords: Keywords: keyword 1; keyword 2; keyword 3; keyword 4; keyword 5.

TÍTULO ESPAÑOL

Resumen. Máximo 150 palabras.

Palabras clave: palabra clave 1; palabra clave 2; palabra clave 3; palabra clave 4; palabra clave 5.

**Introdução: do rural ao urbano e a dialética de Henri Lefebvre**

Lefebvre começa a estudar o campo durante a guerra. Havia um projeto estatal à época, envolvendo recuperar o que se definia como regional e particular: encontrar as tradições dos lugares na França, que definiriam sua identidade estatista. Grupos de resistência utilizaram este projeto para descentralizar a luta contra o governo francês, submetido ao nacional socialismo alemão. Muitos militantes se dividiram territorialmente a pretexto de fazer estes estudos, que, a rigor, não desenvolveram. Lefebvre os fez: *La vallée de la campagne* e *Pyrénées*, publicados, a posteriori, em 1963 e em 1965, respectivamente, entre outros estudos, incluindo textos inéditos, não divulgados. Fez uso de literatura geográfica nesse momento, considerando o tratamento da singularidade dos gêneros de vida por parte de geógrafos. Os vilarejos marcados pelo trabalho camponês eram lidos a partir de relações socioculturais de longa duração e, de modo subvertedor, com a introdução da centralidade estatista e econômica modernas. Do ponto de vista de uma arquitetônica espacial, este era o sedimento próprio da era agrária: quando prevalecia a materialidade dos objetos, a artesania das formas de produção, uma concepção de coletividade, composta, e depois subvertida, pela propriedade privada da terra.

A era industrial, marcada pela modernidade, é o contexto e a temporalidade homogêneos. À materialidade, a imposição de processos abstratos; a constituição e prevalência da relação capital-trabalho. A terra mesma, tornada moderna propriedade privada, resolve-se em renda dinheirária. Marx examina a ilusão de autonomia da forma trinitária: terra-capital-trabalho, resolvida como circulação de rendimentos autônomos – à terra, a renda da terra; ao capital, o lucro; ao trabalho, o salário. Todos remunerados a partir do que lhes é devido. A essência negativa da moderna relação do capital, com a exploração do trabalho e a reprodução exponencial do mundo da mercadoria, não estaria ao nível da aparência da autonomização. A modernização implica a urbanização do campo e, simultaneamente, a ruralização da cidade. A industrialização envolve o imperativo do trabalho abstrato no campo e na cidade. Define-se como divisão social do trabalho, divisão campo-cidade. As relações sociais concorrenciais estruturam o fundamento das formas de sociabilidade modernas.

A era urbana real e utópica, ao mesmo tempo, é a superação da crise implicada na separação campo-cidade. Ela identifica um elemento novo: a programação do consumo, a manipulação das necessidades, através do cotidiano; trata-se da cotidianidade. A era é urbana, real, pois estende-se além da fábrica, e possível, pois a revolução deve ir até *mudar a vida*.

Cada era vem do tempo e pode ser, simultaneamente, presente no plano da arquitetônica espacial. São sedimentos de um mesmo processo social, considerando a atualização do que vem da história.

As questões são repostas. Com a revolução russa e outras experiências socialistas, como pensar a transição do arcaísmo (produção camponesa) e o socialismo, quando este havia sido pensado a partir do desenvolvimento das forças produtivas e da revolução do operariado?

Abre-se a via ao debate da reforma agrária sob “a investigação cuja base teórica se situa na teoria marxista da renda fundiária.” (LEFEBVRE, 2001, p. 10)

A um só tempo há que considerar um espectro imprevisto: o que aparecia como superado – o campo e os camponeses – e refazer o caminho das revoluções: mudar a vida cotidiana, superar o industrial pelo urbano.

O mundo da mercadoria, com sua lógica e sua linguagem, se generaliza no cotidiano a tal ponto que cada coisa o veicula, com suas significações. [...] O centro teórico: a relação “campo-cidade”, a saber uma relação dialética, uma oposição conflitual, que tende a se superar quando simultaneamente o antigo campo e a antiga cidade se resolvem no 'tecido urbano' generalizado. O que define a “sociedade urbana” conduz a uma lenta degradação e desaparição do campo, dos camponeses, do vilarejo, assim como de uma explosão, uma dispersão, uma proliferação desmesurada do que bem antes foi a Cidade. (2001, pp. 12 e 17)

“O histórico persiste e age no atual”, diz Lefebvre sobre estudos de sociologia rural.

Quanto à realidade camponesa, para ele detentora do esforço de grupos e reagrupamentos em comunidades rurais, que explicam inclusive, por meio de massas camponesas, “o declínio e o fim do mundo antigo, o fim da anarquia feodal”, deterioram-se as condições comunitárias com a ação dissolvente da economia mercantil. Assim, é imprescindível considerar o estudo histórico e sociológico da comunidade camponesa, acrescido da perspectiva da arquitetônica espacial, que a nós geógrafos é basilar.

**“Portanto, parte representativa desses economistas, como Adam Smith e Ricardo, concebia a noção de renda da terra, isto é, a do rendimento monetário ao proprietário de terras, na sua condição de monopolista de uma porção do solo. Ela, a renda da terra, aparecia, especialmente, no momento da distribuição do capital, como uma redução do lucro industrial.”**

A realidade camponesa detém uma dupla complexidade: horizontal, diferenças essenciais em formações e estruturas agrárias de mesma data histórica, especialmente, as sujeitas a processos atuais; vertical, dada a coexistência de formações de idade e data diferentes. “No mundo rural mais nitidamente ainda que no artesanato, nada desapareceu inteiramente” (Idem, p. 66). O que não exclui influências, degenerescências, integrações mais ou menos bem-sucedidas do arcaico aos conjuntos recentes (Idem, p. 66). As duas complexidades se entremeiam. Aqui o autor localiza relações de campos de conhecimento, incluindo a geografia humana: a ideia de regime agrário corresponderia ao conceito geográfico de gênero de vida. Daí propõe o *método regressivo-progressivo*, que parte da descrição, faz a análise regressiva para datação exata e estuda as modificações das estruturas datadas, incluindo a subordinação às estruturas de conjunto; a volta ao atual.

Com a industrialização da agricultura, com a mercantilização generalizada a autonomia das formações mais antigas torna-se autonomização, pois comporta internamente implosões das formações tradicionais. As concepções de rendas fundiárias atualizadas levam a considerar a grande agricultura capitalista, que aufere sobre lucros permanentes: produção mecanizada; baixos salários de trabalhadores agrícolas; manipulação dos preços; em síntese, um processo de monopolização.

A história antiga clássica é história urbana, mas de cidades baseadas sobre a propriedade da terra e a agricultura; a história asiática é uma espécie de unidade indiferente de cidade e campo (neste caso as cidades verdadeiramente grandes devem ser consideradas meramente como acampamento senhorial, como uma superfetação sobre a estrutura propriamente econômica); a Idade Média (época germânica) surge da terra como sede da história, história cujo desenvolvimento posterior se converte logo numa contraposição entre cidade e campo; a história moderna é urbanização do campo, não, como entre os antigos, ruralização da cidade. (MARX, 1977, p. 442)

Termino esta introdução com um fragmento de texto de Karl Marx: a destacar a importância do autor para a formulação de uma teoria crítica da produção do espaço, inclusive, pela compreensão da moderna propriedade da terra.

Problematização: a moderna propriedade da terra e a potência da formulação das rendas fundiárias e o urbano

Através da concepção de produção do espaço urbano, a questão da propriedade privada da terra é redefinida como momento posto, tanto no interior da concepção da economia política clássica; como, inclusive, naquela da crítica à economia política.

Quanto à primeira, a ideia que prevalecia, mais ou menos, entre os diferentes economistas, era a de um resíduo incômodo à economia moderna, que se desenvolvia. A figura dos proprietários de terra era tida como resquício, de um passado, a impedir a livre circulação do capital, aqui no sentido amplo da acumulação do capital. No processo de distribuição do capital, parte mais ou menos significativa, do produto recém-produzido, permanecia nas mãos dos proprietários de terra, prejudicando sua livre circulação e metamorfose em novas etapas da reprodução ampliada do capital, sua aplicação produtiva, base de uma sociedade acumulativa, tida como o sentido necessário da história.

Referências Bibliográficas

BOTELHO, Adriano. *O urbano em fragmentos*. A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo.* São Paulo: Contraponto, 1997.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital.* São Paulo: Xamã, 1996.

GEORGE, Pierre. *Geografia Urbana.* São Paulo: Difel, 1983.

GUGLIEMO, Raymond. *Les grandes metrópoles du monde.* Paris: Armand Colin, 1996.

HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista.* México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

\_\_\_\_\_\_\_\_. *El nuevo imperialismo.* Madrid: Akal, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade.* Lisboa: Ulysseia, s/d.

\_\_\_\_\_\_\_\_. *La production de l’espace.* Paris: Anthropos, 2000.

\_\_\_\_\_\_\_\_. *Espaço e Política.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_\_\_\_. *Du rural à l’urbain.* Paris: Anthropos, 2001.

MARX, Karl. *El capital.* Tomo III, volume 8. Madrid: Siglo Veintiuno, 1984.

\_\_\_\_\_\_\_\_. *Manuscrits de 1844*. Paris: Flammarion, 1996.

\_\_\_\_\_\_\_\_. *Teorias sobre la mais-valia.* México: Fondo de Cultura Econômica, Volume 2, s/d.

\_\_\_\_\_\_\_\_. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economia Política (Grundrisse) 1857-1858*. Vol. 1. Buenos Aires: Siglo XXI, 1977.

MATOS, Olgária C. F. *A cidade e o tempo:* algumas reflexões sobre a função social das lembranças. IN: Espaço e debates. São Paulo: CEBRAP, out/dez, 1982.

NABUCO, Maria. *A reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil.* São Paulo: Hucitec, 1993.

OSMONT, Annik. *La banque mondiale et les villes.* Paris: Karthala, 1995.

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço.* São Paulo: Hucitec, 1996.

SASSEN, Saskia. A cidade global. IN: LAVINAS: LENA; CARLEIAL, Lina; e NABUCO, Maria. *A reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil.* São Paulo: Hucitec, 1993.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. IN: *GEOUSP – Espaço e Tempo.* Revista de Pós-Graduação. São Paulo: Departamento de Geografia, FFLCH, USP,2007, n.º 21, p. 15-31.

VANEIGEIM, Raoul. *A Arte de viver para a geração nova.* Portugal: Afrontamento, 1980.

Data de Submissão: DD/MM/AAAA

Data da Avaliação: DD/MM/AAAA

1. Filiação, Instituição, E-mail, URL Registro ORCID. [↑](#footnote-ref-1)
2. Filiação, Instituição, E-mail, URL Registro ORCID. [↑](#footnote-ref-2)
3. Filiação, Instituição, E-mail, URL Registro ORCID. [↑](#footnote-ref-3)